

Ciências Sociais em contextos históricos críticos: o Quebec como tema

Celso Azzan Jr.

Resumo: Este texto apresenta um breve histórico das transformações trazidas ao Quebec pela Revolução Tranqüila e discute a relação entre as ciências sociais francófonas e as políticas de Estado nesse período, exemplificada na atuação profissional, tecnocrática, de uma *intelligentsia* sociológica que ocupava postos nos governos Lesage e Johnson. O argumento central é o de que as ciências sociais sofreram um processo de cisão e de fragmentação visíveis, devido certamente à difícil convergência dos muitos projetos de nação em que seus profissionais se viam envolvidos. O caso da antropologia serve como exemplo, apontando as dificuldades de compor a teoria social com as definições sobre o tema do nacionalismo. A principal hipótese apresentada aqui, portanto, é a de que a inserção social da disciplina contaminou sua *performance* “científica”. Assim, a cisão observada nas ciências sociais se deveu à onipresença do tema do nacionalismo e à multiplicidade de posições que engendrou. Tais posições não eram reinterpretadas à luz da teoria; o inverso é que parece ter ocorrido.

Résumé: Ce texte présente une brève histoire des transformations amenées au Québec par la Révolution tranquille, et met en question le rapport entre les sciences sociales francophones et les politiques d'État dans cette période, traduit par l'action professionnelle et technocratique d'une *intelligentsia* sociologique qui occupait des postes dans les gouvernements Lesage et Johnson. La thèse centrale est celle-ci: les sciences sociales se sont fragmentées à cause de la difficile convergence des plusieurs projets de nation dans lesquels leurs professionnels se sont mêlés. Le cas de l'anthropologie sert comme exemple, et signale la difficulté de composer la théorie sociale avec les définitions à propos du thème du nationalisme. L'hypothèse ici présentée allègue que l'insertion sociale de la discipline a contaminé sa performance “scientifique”. De cette façon, la scission observée dans les sciences sociales a eu comme raisons l'omniprésence du thème du nationalisme et la pluralité de positions qu'elle a engendré. Ces positions-là n'étaient pas interprétées sous la lumière de la théorie; il semble que c'est exactement le contraire qui s'est passé.

A Revolução Tranqüila e seus (e)feitos

No meio acadêmico voltado aos assim chamados *Estudos Canadenses*, muito se tem escrito a respeito do que se convencionou chamar, no Quebec, de Revolução Tranqüila (RT). Não é para menos. Desde o início dos anos 1960, quando começa oficialmente, e até o fim dos anos 1970, quando oficiosamente termina¹, a RT provocou uma quantidade (e uma qualidade) de transformações sociais sem precedentes na história do Quebec. Ainda que tangencialmente, este artigo se insere nessa tradição. Dedicado à análise do papel que as ciências sociais desempenharam durante essas duas décadas, quer no meio intelectual, quer nas esferas de governo — que elas freqüentaram por um breve período —, este texto tem por objetivo tematizar, dentre outras características dessas disciplinas, a cisão que experimentaram por ocasião dos debates acerca do tema do nacionalismo; cisão devida, sem dúvida, à dificuldade de fazerem convergir seus projetos sociais e políticos, por um lado, com seus horizontes teóricos e seus instrumentos metodológicos, por outro. A “objetividade” que o exercício da ciência demanda — enfatizem-se as aspas — parece, em situações sociológicas desse tipo, uma promessa improvável. É o que se argumenta aqui. Como se pode observar com clareza no caso do Quebec, em contextos históricos críticos as ciências sociais são mais—e menos—que intérpretes desinteressadas,

¹ Para este artigo, pode-se concordar com as definições mais comuns sobre a extensão da RI, ou seja, algo em torno de duas décadas. É o período no qual a atuação acadêmica e política das ciências sociais é mais marcante, depois que Sauvé e Lesage as levaram aos gabinetes governamentais, e as políticas acadêmicas de seus governos incrementaram o número de seus departamentos e profissionais, tornando-os mais visíveis à sociedade. Por isso mesmo, este texto não poderia considerar a definição mais “rigorosa” da extensão da RI, dando conta dos anos de 1960 e 1966 como seu início e seu fim, respectivamente — o que corresponderia apenas ao governo liberal de Lesage, desconsiderando Daniel Johnson e os que o sucederam. Ademais, um fato curioso pode ser lembrado aqui, à guisa de comentário sobre as datações da RI: ao contrário do que por um bom tempo se supôs ser a origem do termo — a expressão inglesa “Quiet revolution”, usada por um jornalista do GLOBE AND MAIL de Toronto em 1960 —, a expressão “Révolution Tranquile” parece ter sido usada antes disso, em 1958, por Maurice Duplessis, num discurso em Quebec. A informação pode ser conferida em Dion, L., LA RÉVOLUTION DÉROUTÉE, 1960-1976, Montreal, Boréal, 1998.

isentas, da vida que passa diante delas. Elas fazem parte da história que contam, é certo, e às vezes precisam contar-se dentro dela.

É principalmente nos planos político, econômico e social (aí compreendidos os diversos tipos de assistência prestada pelo Estado, bem como as áreas mais propriamente culturais e artísticas) que as transformações trazidas pela RT se fazem notar mais claramente. Quando Paul Sauvé toma posse após a morte de Duplessis – e mais marcadamente a partir da eleição de Jean Lesage, alguns meses depois² –, um movimento de conscientização e de ação desde muito alentado pelas elites políticas e culturais francófonas começa finalmente a tomar corpo. Com as novas políticas implantadas principalmente nas áreas da educação, da saúde e da assistência social, o governo liberal de Lesage recoloca o Quebec no cenário desenvolvimentista já notado no restante do Canadá. Como dizem Linteau, Durocher, Robert e Ricard, “o governo federal desempenha, desde a guerra, um papel diretor na orientação das políticas sociais e na consolidação do Estado-provedor. O seguro-desemprego, as *alocações familiares* e a reforma das pensões aos aposentados são as medidas em torno das quais ele começa a articular toda uma política social elaborada a partir do exemplo britânico, e do qual o relatório Marsh traçava as linhas principais em 1943. Até 1960, o governo do Quebec ainda era reticente quanto a isso, recusando o princípio do Estado-provedor e a intrusão do governo federal nos negócios provinciais. A pressão das necessidades e a opinião pública, no entanto, conduziram-no a intervir e a participar dos programas de custos partilhados, como o da assistência aos desempregados”³.

² “Duplessis morre em Schefferville em setembro de 1959. Paul Sauvé o sucede como chefe da União Nacional e Primeiro Ministro. Muitos viram nele a possibilidade de uma renovação política. Sauvé, com efeito, não hesita em declarar que ‘doravante’ várias políticas seriam revistas, principalmente na educação e negócios escolares, e que o Estado desempenharia um papel mais ativo. No entanto, ele morre alguns meses mais tarde sem ter podido realizar as mudanças anunciadas. Depois de algumas desavenças internas, Antonio Barrette o sucede em janeiro de 1960. Carente de apoios em seu próprio partido, e de credibilidade junto à opinião pública, ele é incapaz de dar prosseguimento às reformas prometidas por seu antecessor”. Linteau, P-A; Durocher, R; Rohert, J-C; Ricard, E; HISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal, Boréal, 1989, pp. 363,4. Jean Lesage sucede Barrette em 1960, depois da vitória dos liberais na eleição desse ano, e implementa definitivamente aquelas mudanças.

³ Linteau, P-A; Durocher, R; Rohert, J-C; Ricard, E; HISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal, Boréal, 1989, p. 637. Essas “alocações familiares”

De todo modo, não foi apenas nos programas de custos partilhados ou na esfera da assistência social que a RT provocou transformações importantes. Na área da educação, p.ex., a meta de superar os atrasos que a era duplessista havia legado ao Quebec trouxe consigo mudanças radicais. O processo que acabaria, no curso de uma década, por transformar na essência os padrões da educação formal no Quebec, da elementar à universitária, viu-se realizado no bojo de uma completa e bastante complexa realocação de responsabilidades e encargos. É assim que os papéis da Igreja, dos cidadãos comuns, das comissões escolares e principalmente do Estado se vêem integralmente redefinidos. A chamada *Grande Charte de l'Éducation*, p.ex., apresentada em 1961 pelo ministério dirigido por Paul Gérin-Lajoie, propunha, dentre outras coisas, a criação da *commission royale d'enquête sur l'enseignement*, depois conhecida como *Commission Parent*, a gratuidade do ensino até o secundário, subvenções para organizações de mães e comissões escolares, além de um plano de financiamento para as universidades, um regime de bolsas para colegiais e universitários, e outro para a capacitação dos professores de todos os níveis. Em poucas palavras, era bem mais do que Duplessis havia feito em 30 anos de governo⁴. Quando o Estado funda, já em 1966 com Daniel Johnson, os novos colégios de ensino geral e profissional, os *CÉGEPs* totalmente laicizados, as principais recomendações da *Commission Parent* já se fazem presentes na dinâmica educacional quebequense de modo irreversível.

se CONSTITUÍAM de pagamentos ou subsídios concedidos pelo Estado às famílias que tivessem filhos em idade escolar, por exemplo. A partir de 1944, o governo federal pagava aos pais 6 dólares por uma criança de menos de 9 anos, e 8 dólares por uma que tivesse entre 10 e 16 anos. A isso some-se que, desde 1961, o Quebec paga também pelos adolescentes de 17 e 18 anos que estejam na escola, e desde 1968, decide, a seu encargo, pagar as suas próprias *alocações familiares* em todos os níveis.

⁴ Sob Duplessis, a atuação de uma *Commission Parent*, p.ex., seria impensável. De todo modo, a criação de um Ministério da Educação, em 1964, recomendada pela dita *Commission*, só ocorre porque as Igrejas Católica e Protestante conseguiram negociar e manter seus comitês religiosos – com poder de decisão – no Conselho Superior da Educação. Foi a pequena recompensa que receberam após perder quase totalmente o controle das escolas públicas e das universidades.

O ganho educacional foi imenso. As novas diretrizes faziam o ensino melhor, mais democrático e universal. Nos níveis elementares, a gratuidade, aliada à implementação de uma política efetiva para as *garderies*, ocasionou um incremento considerável do número de crianças atendidas. Nos níveis médios, as novas escolas laicas e profissionalizantes passaram a formar grandes contingentes para um mercado de trabalho que, impulsionado pelo rápido crescimento econômico, necessitava mais e mais de mão-de-obra preparada para ocupar os postos médios daquela cadeia produtiva que trabalhava a todo vapor. Nos níveis superiores, o impacto não foi menor. Uma das metas primordiais da RT era industrializar, trazer investimentos, criar um novo e maior mercado de circulação de bens e serviços no Quebec, e, para tanto, a implementação de um amplo programa de apoio às universidades de língua francesa era essencial. Do mesmo modo, se era preciso profissionalizar a emergente administração pública – e efetivamente o era –, o investimento nas carreiras universitárias era questão de sobrevivência. Assim, em 1968 nascem as *Universités du Québec* que, associadas às demais universidades francófonas da província, pretendiam oferecer a Montreal e outras cidades até então não atendidas pelo sistema universitário uma rede acadêmica de alto nível, em que cada unidade estivesse preferencialmente voltada às necessidades regionais. Mas essas *Universités du Québec* não foram o único produto da época. Do mesmo modo que estas, e graças aos altos investimentos no setor, as universidades *de Montréal, Sherbrooke e Laval* se expandem consideravelmente, multiplicando o número de seus alunos, de pesquisas, de cursos e de serviços. A bem da verdade, mesmo as universidades anglófonas se beneficiam do crescimento; *McGill* se transforma numa das universidades mais importantes do país, e *Concordia* nasce da fusão da universidade *Sir George Willliarns* com o *Collège Loyola*. O *Conseil des Universités*, que o governo institui também em 1968, muito tem a ver com esse sucesso, coordenando o desenvolvimento programado da rede, bem como implementando planos de financiamento específicos para ela⁵.

⁵ Confira essas informações no capítulo intitulado “L’Accès à l’Éducation”, o 46” do livro citado na nota n° 3. Do mesmo modo, vale consultar LES PRINCIPES DE LA POLITIQUE SCIENTIFIQUE DU QUÉBEC, Ministère de L’Education, Comité des Politiques Scientifiques, 1971, editado pelo governo do Quebec.

E do mesmo modo que a educação se transformou profundamente no bojo das políticas desenvolvimentistas da RT, a área da saúde igualmente não foi esquecida. De fato, foi uma de suas prioridades. Como argumentam Linteau, Durocher, Robert e Ricard, “a saúde rapidamente se torna uma dimensão essencial das políticas sociais. Antes de 1960, somente os indigentes recebiam alguma forma de ajuda governamental. Para as outras pessoas, existiam programas privados de seguro, mas em 1960 somente 43% da população estava coberta. O governo tenta resolver, então, os custos crescentes da hospitalização. O programa público de seguro-hospitalização, adotado em 1961, institui a gratuidade dos cuidados hospitalares, o que os torna realmente acessíveis ao conjunto da população. Essa medida obriga o governo a controlar e coordenar a rede de hospitais, e a regionalizar os serviços”⁶. Tais medidas não resolveram totalmente o problema do atendimento ainda incompleto, visto que uma boa parte dos médicos resistia à sua aplicação, mas a adoção de políticas de saúde preventiva nos anos 1970, assim como a criação dos *Centres Locaux de Services Communautaires*, os *CLSC*, muito melhoraram a situação do serviço prestado pelo Estado no Quebec. Desde então, a saúde pública tem recebido investimentos crescentes e a universalização do serviço é hoje fato indiscutível, mesmo que sua qualidade tenha decaído nos últimos dez anos.

Igualmente, em várias outras áreas o papel do Estado se tornou cada vez mais evidente a partir de 1960. Sua presença nesse período sempre foi efetiva, O incentivo às pequenas e médias empresas, a reorganização do perfil do setor produtivo, os financiamentos à produção agrícola, o apoio à indústria dos bens culturais, a reorganização do espaço urbano cada vez mais disputado, dado o processo de metropolização de Montreal, Laval e Quebec, são expressão sensível de sua atuação. A formulação de políticas de imigração, de leis trabalhistas e sindicais, e de proteção da língua – além de um completo e necessário reenquadramento do papel das Igrejas na vida pública – são igualmente obra do Estado sob os efeitos da RT. De todo modo, não se pode

⁶ Linteau, P-A; Durocher, R; Robert, J-C; Ricard, E; HISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal: Boréal, 1989, p. 644.

esquecer o papel exercido por ele no debate do nacionalismo (e o crescimento do sentimento nacionalista certamente se deve a uma reinterpretção, patrocinada pelo novo perfil político do Estado, de conceitos como *cidadania, política, soberania* etc.), na burocratização, profissionalização e universalização de seus serviços e na reformulação do sistema político e partidário que, afinal, eram sua expressão (burocrática, profissional e universal) mais acabada. Estas e outras importantes mudanças de rumo na vida social quebequense têm sua origem nas políticas da RT. Não foram obra do acaso.

A morte de Duplessis é fato marcante na história dessas transformações – já que, sob a *grande noirceur*, não havia espaço para renovações políticas, contestações civis ou para o arejamento do Estado, ainda atado à ala mais conservadora da Igreja –, mas o papel desempenhado pelas elites políticas e intelectuais foi realmente decisivo. São elas que articulam e põem em prática esse reaparelhamento do Estado no Quebec, e são elas a gerir integralmente seu funcionamento, desde a formulação das políticas renovadoras até a avaliação técnica de sua eficiência. Como veremos, as ciências sociais estão intimamente envolvidas nesse processo⁷. Seus profissionais fazem parte dessas elites “revolucionárias”, constituem esse novo corpo tecnocrático estatal, conhecem a fundo o keynesianismo e as políticas de Estado-provedor já observadas nos EUA e na Europa do pós-guerra, sendo os maiores entusiastas de sua aplicação no Quebec. De fato, sem uma nova espécie de relação entre Estado e Academia, a RT não seria o que foi.

Estado e Ciências Sociais no Quebec “revolucionário”

O tema da relação Estado-Academia já está mapeado. Consideravelmente menos na antropologia, disciplina à qual me dedico, e bem mais na sociologia e na ciência política, ele já serviu como ponto de

⁷ A participação de cientistas sociais como avaliadores da eficácia dessas políticas se fazia majoritariamente fora dos círculos do governo. Os relatórios sobre as políticas de povoamento, de atendimento a idosos, de planejamento infraestrutural para o leste do Quebec (executado sob os auspícios do BAEQ, *Bureau d'Aménagement de l'Est du Québec*), p.ex., eram na sua maioria trabalhos acadêmicos, planejados, financiados e executados como tais.

partida para um número considerável de teses, livros e artigos que discutem teoricamente as maneiras pelas quais o Estado engaja pessoal dos meios científicos, planeja e executa políticas diversas sob sua influência e interfere decisivamente nas formas de organização do sistema acadêmico, ao formular planos específicos para ele. O caso quebequense, entretanto, com a sua especificidade, parece ainda pouco cotejado. Infelizmente, não foram muitos os autores que se dedicaram à análise do papel que essa nova elite oriunda das universidades desempenhou junto dos governos “revolucionários”, quer por participar de suas esferas de decisão, quer por redirecionar os debates sobre temas de interesse social, como o do nacionalismo ou o das atribuições do Estado diante das novas realidades vigentes⁸. Tal estudo, contudo, precisa

⁸ A bibliografia que poderia ser aqui arrolada é demais extensa para os propósitos deste artigo. Por isso, as indicações que apresento devem ser consideradas apenas como uma introdução. O trabalho coletivo *LA TRANSFORMATION DU POUVOIR AU QUÉBEC*, Montreal, Ed. Albert Saint-Martin, 1980, editado pela Association Canadienne des Sociologues et Anthropologues de Langue Française, certamente oferecerá algumas considerações e informações interessantes. O livro *SOCIAL SCIENTISTS AND POLITICS IN CANADA: BETWEEN CLERISY AND VANGUARD*, Kingston and Montreal, Mc Gill/Queens University Press, 1988; de S. Brooks e A. Gagnon, assim como o de R. Brym, *INTELLECTUALS AND POLITICS*, London, George Allen and Unwin, 1980, entram mais incisivamente nas discussões sobre o papel desempenhado pela classe intelectual diante das esferas de poder. O artigo de A. Cardinal, “Quebec And The Intellectuals”, *QUEBEC AND RADICAL SOCIAL CHANGE* (Org. Dimitrios Roussopoulos), Montreal, Black Rose Books, 1974, pode ser considerado um bom complemento, ao discutir o caso quebequense. O artigo “Nationalismes Et Nationalisation Du Champ Scientifique Québécois”, *SOCIOLOGIE ET SOCIÉTÉS*, 7, N. 2, 1975, de M. Fournier e L. Maheu, aborda um aspecto bastante interessante do tema, o da politização da ciência pelo viés das discussões sobre o conceito de nação. A leitura da tese *LES DIPLÔMÉS EN SCIENCES SOCIALES DANS LA FONCTION PUBLIQUE AU QUÉBEC*, de P. Gervais, apresentada ao Departamento de Sociologia da *Université de Montréal* em 1974, parece-me imprescindível para uma análise da atuação dos cientistas sociais quebequenses na esfera pública. A leitura de *THE LEAGUE FOR SOCIAL RECONSTRUCTION: INTELLECTUAL ORIGINS OF THE DEMOCRATIC LEFT IN CANADA, 1930-1942*, Toronto, Toronto University Press, 1980, de M. Horn, vale pelas mesmas razões, embora neste caso a análise do autor não recaia especificamente sobre o Quebec. De outro ponto de vista, contribuindo para uma teoria geral das relações Estado-Academia, o livro organizado por C. Weiss, *USING SOCIAL RESEARCH IN PUBLIC POLICY-MAKING*, Toronto, Lexington Books, Mass, DC. Heath, 1977, também deve ser consultado. A consulta ao artigo que publiquei recentemente, “Antropologia e Sociedade no Quebec da Revolução Tranquila: notas sobre o processo de formação da antropologia quebequense de língua francesa”, *CANADART* V 8, jan-dez. 2000, oferece algumas considerações, introdutórias em todo caso,

ser levado adiante. Uma correta avaliação do processo de renovação por que passou o Quebec só poderá ser almejada se o papel dessas novas elites estiver esclarecido, já que elas certamente influenciaram, e muito, as políticas adotadas pelos governos Lesage e Johnson, principalmente.

Num livro anteriormente mencionado aqui, Carol Weiss aponta, na introdução, um aspecto interessante da relação entre as ciências sociais e o Estado, e que deve ser considerado quando se discute a relação entre os cientistas sociais quebequenses e a instituição desses governos “revolucionários”. Argumentando que as ciências sociais fornecem uma linguagem conceitual que se tornou comum nas sociedades fragmentárias contemporâneas, ela afirma que termos como “papéis sociais” ou “mobilidade social”, dentre outros, constituem um vocabulário hoje corrente nos meios sociais mais esclarecidos⁹. A origem dessas novas expressões, com que a mídia e os “formadores de opinião” costumam diagnosticar aspectos da realidade social, encontra-se nas teses de ciências sociais, nos relatórios de pesquisa encomendados por órgãos públicos, nos livros de divulgação escritos por sociólogos e afins, bem como nos mais sérios trabalhos de acadêmicos que esperam apenas contribuir para o refinamento das disciplinas que praticam. *Os meios políticos*, diz Weiss, *estão entre os que mais se aproveitam desse novo vocabulário*, não apenas para identificar seus campos de ação, como também – adendaria eu – *para sistematizar os instrumentos dessa ação*, bem como os de sua propaganda, e *para aperfeiçoar os meios de aferição da receptividade da sociedade (e do eleitorado) diante de suas políticas*. Se se aprova um partido, ou um governo, aprova-se-o pela realização de um propósito que pode ser denominado, identificado. O voto e a continuidade de um programa político devem muito à terminologia.

O caso quebequense não foge, pois, à regra. Embora as ciências sociais estejam, como constata Weiss, a serviço de uma racionalidade que lhes é inerente, também participam da dinâmica política de uma sociedade (quer pelas vantagens acadêmicas que daí advêm, quer pela

sobre as interferências mútuas entre Estado e Ciências Sociais, antropologia especialmente, no Quebec do período “revolucionário”.

⁹ Confira Weiss, C. USING SOCIAL RESEARCH IN PUBLIC POLICYMAKING, Toronto: Lexington Books, Mass, D.C. Health, 1977, p. 17.

sistematização de princípios que oferecem à classe política)¹⁰. É isso mesmo o que se pode constatar quando se analisa o envolvimento dos cientistas sociais nas esferas do poder durante os anos da RT. E eles realmente estavam presentes lá, como constata Linteau, Durocher, Robert e Ricard: “seguindo o exemplo dado pela administração federal duas décadas antes, o governo Lesage recruta fora da função pública um punhado de novos sub-ministros, ainda relativamente jovens, tendo uma formação em ciências sociais. Rapidamente identificados pela mídia como os ‘mandarins’, eles desempenham um papel fundamental na reforma do Estado, e asseguram uma certa coesão às suas intervenções. Na campanha eleitoral de 1966, Daniel Johnson os denuncia com vigor, mas, uma vez no poder, toma consciência de sua importância e os mantém em seus postos”¹¹.

E certamente não é casual que esses cientistas sociais tenham permanecido ainda algum tempo nesses postos. Os programas que os governos Lesage e Johnson pretendiam implementar, principalmente os da área social, precisavam ser bem estudados, dimensionados segundo as necessidades da sociedade, por um lado, e as capacidades de investimento do Estado, por outro. Era preciso, pois – com aquele vocabulário conceitual que se torna moeda corrente nas nossas sociedades – identificar que áreas de investimento deveriam ser priorizadas, que tipos de política deveriam ser ali implementados, que objetivos precisavam ser cumpridos imediatamente e, por fim, mas não menos importante, que expectativa nutrir em relação à receptividade da sociedade em face dessas novas políticas. Essa tarefa, técnica por excelência, cabia à nova tecnocracia que chegava aos postos do poder

¹⁰ “Sobretudo, o compromisso (das ciências sociais) com a pesquisa social está na racionalidade. Elas vêem o mundo como um lugar complexo, e buscam princípios para compreendê-lo. Em seu modo de ver a ciência social provê tanto direções teóricas quanto empíricas para alcançar os objetivos. Pôr esses recursos a serviço de políticos alimenta a chance de que as decisões tomadas gerem algo efetivo. (Por outro lado), o liso governamental das ciências sociais aumenta a “resposta” possível. Há mais garantias e contratos, mais posições, mais promoções, mais conferências, papers’, jornais, etc..” Weiss, C. USING SOCIAL RESEARCH IN PUBLIC POLICY-MAKING, Toronto: Lexington Books, Mass, DC. Health, 1977, p. 7.

¹¹ Linteati, P-A; Durocher, R; Robert, J-C; Ricard, E HISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal: Boréal, 1989, p. 693.

exatamente com a missão de racionalizar e profissionalizar a ação do Estado¹².

E é no âmbito da atuação desses novos mandarins”, já como um produto gerado por eles, que novas políticas vão sendo implementadas nas áreas da educação, saúde pública, planificação de investimentos, financiamentos a setores estratégicos, etc. Sua atuação podia ser notada em toda parte: as comissões Parent na área da educação; Bélanger sobre a reforma fiscal; April sobre a reformulação da política agrícola; Castonguay Nepveu na área da saúde e bem-estar social; Gendron sobre o uso e a preservação da língua; ou Prévost na área das políticas para a administração e a justiça, todas elas foram levadas adiante por cientistas sociais ou, no mínimo, delas participaram ativamente. Ao todo, 176 comissões foram formadas entre 1960 e 1978 (todas com poderes de governo), e as que mais genericamente tratavam de problemas de ordem social se constituíram, ao menos parcialmente, no trabalho desses profissionais. Essas comissões tinham por objetivo sistematizar e tomar coerente a atuação do Estado diante de seus novos e crescentes encargos, equilibrando, com senso “científico” de justiça, seu poder reformador com as novas demandas setoriais. Nem sempre esse fino equilíbrio foi possível; no mais das vezes o ar de coerência na ação conjunta do Estado se perdeu diante da diversidade daquelas demandas tão desiguais, mas, no geral, esses novos tecnocratas conseguiram ao menos tornar o Estado capaz de demonstrar seu entendimento e sua ação diante delas. Mais uma vez, trata-se aqui do uso daquela terminologia. O mesmo vocabulário que serviu à formulação das demandas também deve ter sido útil para fazer a sociedade compreender as limitações do poder. De uma forma ou de outra, essa foi uma genuína contribuição dos cientistas sociais ao amadurecimento político do Quebec da RT. E esse “mandarinato”

¹² “Depois de 1960, a administração governamental quebequense se torna não apenas mais burocrática, mas a presença desses especialistas a torna também mais tecnocrática. Os novos tecnocratas têm, doravante, um interesse ao mesmo tempo coletivo e individual no incremento da intervenção do Estado, que valoriza seu trabalho, estende seu poder e torna mais interessantes e diversificadas suas possibilidades de carreira”. Linteau, PA; Durocher, R; Robert, J-C; Ricard, E HISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal: Boréal, 1989, p. 694. É interessante notar aqui algo já lembrado: a participação desses cientistas sociais nas esferas de governo trazia não apenas a sua competência às decisões políticas, mas igualmente o *status* e a praticidade do poder às suas carreiras – com as vantagens de praxe.

tecnocrático, a nova elite da qual os cientistas sociais faziam parte, não ocupou apenas as malhas adjacentes à cúpula dos governos (o primeiro escalão, como se diz, como as comissões e as secretarias subordinadas ao gabinete do Primeiro-Ministro), mas igualmente participou de seu centro: como afirma André Cardinal, “no início dos anos 1950, a *Université de Montréal* (UdM) começou a aceitar estudantes em suas faculdades de engenharia e comércio. Poucos anos depois, a faculdade de ciências sociais também já aceitava estudantes vindos do ensino médio. Esses estudantes vinham normalmente de colégios clássicos. Essas faculdades produziram ao longo dos anos um novo tipo de intelectual no Quebec: chamamo-los tecnocratas. Muitos deles trabalham no governo, especialmente nos ministérios da Educação e dos Recursos Naturais. Muito eram membros de Uniões de Comércio ou políticos, tais como René Lévesque (um primeiro-ministro) e Paul Gérin-Lajoie (um ministro da Educação). Outro grupo de intelectuais que ganhou mais e mais influência na cena quebequense é o professor universitário. Muitos membros de departamentos de sociologia e economia na UdM desempenharam papéis centrais em partidos pequenos no Quebec, tais como o *Nouveau Parti Démocratique* e o *Parti Socialiste du Québec*”¹³.

A menção de Cardinal a esse outro grupo de intelectuais que ganha importância nos anos da RT, o dos professores de departamentos de sociologia (e de economia), é interessante por várias razões. Em princípio porque opera uma distinção que precisa ser sublinhada entre, por um lado, o corpo profissional produzido pelos departamentos de ciências sociais – corpo que vai tecnocratizar o Estado, ocupando posições de planejamento e execução –, e, por outro, o corpo de intelectuais que constituíam tais departamentos – e que igualmente ocupará postos, mas em menor número e eventualmente de maior responsabilidade política. Essa distinção é interessante porque põe em

¹³ Cardinal, A. “Quebec And the Intellectuals”, *QUEBEC AND RADICAL SOCIAL CHANGE* (Org. Dimitrios Roussopoulos), Montreal: Black Rose Books, 1974, p. 66,7. Podem-se lembrar outros nomes que freqüentaram a *École de Sciences Sociales* da *Université Laval*, e que desempenharam papéis importantes na vida política quebequense e igualmente na esfera federal: Arthur Tremblay foi membro da *Commission Parent*; Jean Marchand, um líder político no governo Irudeau; Claude Morin, foi ministro do Quebec para assuntos intergovernamentais; e Maurice Laniontagne, um ministro federal. São apenas alguns exemplos.

cena o tema da *dupla vocação política* desses departamentos, observada tanto na esfera de sua clientela (os futuros tecnocratas) quanto na dos serviços a ela prestados (o preparo técnico de que o Estado se nutre). Ou seja, há aqui, no exercício dessas disciplinas (especialmente no caso da sociologia, menos no da ciência política, e quase nada no da antropologia), uma vocação intrínseca à atividade política.¹⁴ Seria incorreto dizer que formavam O *peçoal* de Estado, um óbvio exagero, mas igualmente o seria se se afirmasse que suas atividades não dedicavam atenção especial aos temas políticos de tratamento estatal.

Uma outra razão pela qual a citação de Cardinal me parece interessante é a seguinte: nela está implícita uma oposição importante, e que muito marcou um período de transição nos rumos da RT. Essa oposição é bem lembrada por Jean Charles Falardeau: “Notemos, por fim, que aparecem em nossa sociedade homens de negócios, financistas de grande envergadura, que criaram vastos consórcios ou cartéis no estilo do capitalismo mais evoluído. Eles começaram a ‘francesar’ a rua Saint-Jacques (a mais importante do centro financeiro de Montreal, antes povoada quase exclusivamente por anglófonos). Eles são, a seu modo, as novas eminências pardas por trás do poder. Constituem, como elite econômica dirigente, um pólo antitético ao do Estado planejador e tecnocrático. Não esqueçamos que essa elite reina num conjunto de empresas que comportam, elas mesmas, seus exércitos de técnicos e planejadores. Em definitivo, nossa sociedade é dominada por duas constelações de planejadores e de tecnocratas que se opõem ao menos parcialmente por seus objetivos e suas ideologias. *Uma saiu da*

¹⁴ Q que se vê mais ou menos confirmado nessa passagem: A composição desse grupo (de profissionais ligados às áreas técnicas) é profundamente transformada (nos anos da RI), pois ele cede lugar aos especialistas de ciências sociais e de administração. (...) A relação entre os profissionais de ciências biológicas e físicas, por um lado, e os de ciências sociais e administrativas, por outro, foi completamente invertida entre 1964 e 1971: os primeiros passam de dois terços a um terço dos efetivos, enquanto os segundos experimentam a evolução inversa. (Estima-se) em 420,5% o crescimento do número de profissionais identificados à ‘engenharia humana e sócio-econômica’, e em 246,7% o dos profissionais do ‘suporte jurídico-administrativo’, contra apenas 20,5% para técnicos biológicos e físicos”. Linteau, P-A; Durocher, R; Robert, J-C; Ricard, E IIIISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal: Boréal, 1989, p. 694.

universidade, a outra vem da grande empresa industrial e financeira. Uma e outra querem controlar o Estado. Nem uma, nem outra, porém, é o resultado de uma experiência política”¹⁵

A conclusão a que chega Falardeau, ao afirmar que nenhuma dessas elites resulta de uma experiência política, é um ponto a discutir. Essa afirmação parece bastante frágil, se se considera, por exemplo, que tanto os intelectuais quanto os empresários almejavam executar políticas de Estado, já como uma parte dele – ou ao menos paralelamente a ele. De todo modo, seu diagnóstico das *duas* elites, uma opondo-se à outra por seus princípios ideológicos e objetivos, é incontestável. De fato, é exatamente porque se opõem no campo do planejamento político do Estado que essas duas elites, tão diferentes entre si, são o resultado de uma experiência intrinsecamente política. O que cabe ressaltar, nesse caso, é que os anos 1960 e 70 ofereceram, para esses dois grupos, o pano de fundo sobre o qual travavam sua disputa pelo direito de formular políticas de Estado. Se é verdade que nas áreas da saúde, educação e bem-estar social, principalmente, os profissionais das ciências sociais lograram formular e executar políticas efetivas, não é menos verdadeiro que nas políticas econômicas os tais homens de negócios também conseguiram marcar uma e outra vitórias. A reformulação das leis trabalhistas, bem como a das prerrogativas sindicais, p.ex., tornando-as menos “agressivas”, parece um bom exemplo do sucesso que tiveram.

De um modo ou de outro, esse sucesso empresarial” guarda íntima relação com a perda de poder e de *status* a que os cientistas sociais se submeteram especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970. O embate entre suas propostas e as dos tais “homens de negócios” parece, previsivelmente aliás, ter-lhes sido fatal. Já em 16 de dezembro de 1982, o jornalista Richard French, do jornal *LE DEVOIR*, escrevia na página 7: “a hegemonia dos tecnocratas quebequenses, dos cientistas sociais nacionalistas e da *intelligentsia* literária, foi rapidamente erodida pelo crescimento de uma nova burguesia de negócios econômicos”. O tom da matéria de jornal é de simples constatação. Poderia ser de

¹⁵ Falardeau, J.-C. “Des Élités Traditionnelles Aux Élités Nouvelles”, *LE POUVOIR DANS LA SOCIÉTÉ CANADIENNE-FRANÇAISE* (Org. Dumont, E e Montminy, J.-P.), Québec: Presses de L'Université Laval, 1966, pp. 141,2; grifos meus.

consternação e de desesperança, diante do enfraquecimento da elite intelectual que havia planejado e conduzido a reformulação do Estado, mas que se fragmentava e desmanchava exatamente porque, no bojo das reformas que engendrou, deu fôlego e dotou de meios de ação um grupo igualmente desejoso de hegemonia política, mas consideravelmente mais poderoso. De uma forma ou de outra, aquela nova elite intelectual, constituída de cientistas sociais, foi responsável por sua própria desapareção das mais altas esferas de poder na virada dos anos 1980. Ela desfez um Quebec agrário e católico, para criar um industrial, laicizado, moderno e competente. E aí saiu de cena. Não havia mais lugar para ela.

Um dos fatores mais importantes para que os cientistas sociais deixassem as esferas de governo certamente foi a fragmentação que seu discurso médio estampou a partir da metade dos anos 1970. Dentre tantos temas discutidos vivamente na época, o do nacionalismo parece ter sido um dos principais responsáveis por fazer do conjunto dos cientistas sociais uma babel de interpretações sociológicas mais ou menos confusas, incapazes – aparentemente, ao menos – de projetar e de executar políticas coerentes, coesas. Ainda está por se saber se, do outro lado, seus adversários conseguiram realmente fazê-lo – ou pelo menos fazê-lo tanto quanto desejavam –, mas parece certo que lograram ocupar mais postos, formular mais políticas, desregular o que os cientistas sociais haviam regulamentado, e privatizar o que tinham planejado para o Estado. Como dizem Brooks e Gagnon, “essa nova agenda reflete os projetos de um novo ‘clero’ burocrático que se instala. Esse novo ‘clero’, estruturado em torno de economistas, administradores e homens de negócios, tomou o lugar que antes fora formado por poetas, jornalistas, sociólogos e cientistas políticos”¹⁶. A era das transformações sociais mais importantes estava no fim. A RT ainda continuaria, ao menos em seu objetivo de tecnocratizar e profissionalizar o Estado, mas doravante suas metas políticas seriam outras.

¹⁶ Brooks, S. e Gagnon, A. SOCIAL SCIENTISTS AND POLITICS IN CANADA: BETWEEN CLERISY AND VANGUARD, Kingston and Montreal: Mc Gill/Queens University Press, 1988, p. 74.

Ciências Sociais em contexto histórico crítico

É a partir dos anos 1970 que uma divisão sensível nos movimentos nacionalistas, eminentemente francófonos, começa a produzir seus efeitos mais evidentes. Dentre eles, os que afetaram o conjunto das ciências sociais foram bastante negativos. Brooks e Gagnon apontam, p.ex., que nos anos 1980 as áreas de comércio, administração e negócios cresceram, dentro das universidades, na mesma proporção em que decresceu a das ciências sociais. Segundo esses autores, isso se deveu basicamente àquela reorientação ideológica que, aos poucos, transferia poder aos financistas – e que, alegam, originava-se na divisão que os movimentos nacionalistas escancaravam mais e mais. É essa “mudança de clima”, continuam, que explica porque jornais antes tão importantes como *PARTI PRIS*, *CITÉ LIBRE* ou *LA VIE EN ROSE*, todos de crítica social, foram grandemente superados em vendas por *FINANCE*, *L’ANALISTE* ou *LE DEVOIR ÉCONOMIQUE*, voltados a análises financeiras.¹⁷

De todo modo, o diagnóstico mais importante sobre a época é mesmo o da divisão nos movimentos nacionalistas, posto que é ela a originar a fratura no “mandarinato” sociológico que formulava políticas até os anos 1970. Se até aí a classe profissional que recheava os gabinetes governamentais aparentava alguma coesão quanto às políticas adotadas, a partir de então, com a pulverização de posições sobre o conceito de nação — e de como transformar o Quebec em uma —, ela começa a se dividir seriamente. Com a permanência do Parti Québécois no poder, o final dos anos 1960 — e o início dos 70 — viram a mais importante divisão de intelectuais de que se tem notícia no Quebec. De um lado, ficaram alguns dos novos tecnocratas associados aos governos; do outro, muitos dos que haviam se desiludido com a inação dos *pequistes* nas questões nacionalistas, e que, por isso, aproximaram-se do RIN (Rassemblement pour l’Indépendance Nationale), do PSQ (Parti Socialiste du Québec) e do jornal *PARTI PRIS*. Dessa dissidência, os socialistas em particular voltaram para as universidades e centros de pesquisa. E a época em que a Université du Québec à Montréal (UQAM), ainda jovem, começa a

¹⁷ Idem, pp. 70 a 72.

assumir contingentes crescentes de cientistas sociais, oferecendo a eles a oportunidade de formarem uma verdadeira Escola sociológica de perfil marxista.

Muitos dos cientistas sociais que aí se instalaram nessa época haviam estudado na França — a maioria com Althusser e Poulantzas —, e é a partir da instauração dessa nova vertente sociológica sediada na UQAM que o Quebec passa a ser examinado sob a lupa marxista. Por isso mesmo, os anos 1970 marcam a história das ciências sociais no Quebec: do mesmo modo que a influência estruturalista havia penetrado fortemente na academia dos anos 1960, marcando-a definitivamente, o marxismo o fez nos anos 1970, tornando-se um dos seus mais importantes referenciais teóricos¹⁸. Até hoje são famosos os estudos sobre a sociedade quebequense que esses cientistas sociais produziram, analisando especialmente a emergência das novas burguesias francófonas e anglófonas por ocasião das políticas da RT. De fato, como alguns deles propuseram, a análise não recaiu apenas sobre o papel burguês inerente à RT (uma reforma de Estado burguesa no melhor sentido), mas igualmente sobre o papel “revolucionário” de uma burguesia a quem a RT e sua abertura de mercado muito interessavam: a grande burguesia expansionista anglo-canadense. É, portanto, no bojo de um movimento de reinterpretação francófona da sociedade quebequense, pautada especialmente em referenciais teóricos de origem também francófona, que alguns autores marxistas, no Quebec, afirmaram ser decisiva a atuação de elites anglófonas na impulsão dada à RT¹⁹. Obviamente, não se pode afirmar que interpretações dessa natureza constituíssem o exemplo mais acabado das correntes preponderantes nas análises sociológicas do Quebec, mas o fato é que parte delas marcou posição definitivamente. Num meio em que sempre se valorizou o papel das

¹⁸ Na antropologia francófona, o estruturalismo foi importação direta de Lévi -Strauss. A influência marxista, somando-se à importância dos autores citados no texto, parece dever-se também à penetração, no Quebec, do socialismo maoísta. Igualmente, portanto, foi importação francesa. Sobre isso, veja Genest, 5; Bariteau, C. “Axes Majeurs Et Développements Récents De L’Anthropologie Au Québec”; ANTHROPOLOGIE ET SOCIÉTÉS, VII, N^o3, 1987. No que diz respeito à sociologia e à ciência política, o caso não parece diverso.

¹⁹ Veja, por exemplo, Bourque, G. e Legaré, A. LE QUÉ BEC: LA QUESTION NATIONALE, Paris: Maspero, 1979.

elites francófonas – acadêmicas ou empresariais – na análise da RT, pode-se considerar o grau de deslocamento de interpretações desse tipo. Por isso ou por mais, tais trabalhos, não muito numerosos, é verdade, acabaram em posições menos próximas dos nacionalistas, e mais dos separatistas. A nação, só, não bastava: ela seria sempre dominada pelo “outro”.

Mas não era apenas por razões dessa natureza que um tipo de cisão (teórica e ideológica) nas ciências sociais se mostrava cada vez mais evidente. O caso da fragmentação observada na antropologia quebequense francófona me parece um caso exemplar a esse respeito. Numa entrevista que me foi concedida em 1994, o Professor do departamento de antropologia da Universidade de Montreal, Guy Dubreuil — aliás, seu fundador —, considerava como sinal da fragmentação da disciplina no Quebec a total incomunicabilidade entre as “duas antropologias”, a francófona e a anglófona. A primeira, dizia ele, parece tão distante dos fenômenos sociais urbanos no Quebec, quanto a segunda parece em relação ao que se passa com a maioria francófona na província onde ela, antropologia de língua inglesa, representa notável minoria. Assim, se por um lado a antropologia de língua francesa pouco estudou os fenômenos urbanos no Quebec — como, p.ex., os movimentos nacionalistas e suas múltiplas expressões culturais, institucionais, costumeiras, etc. —, a antropologia anglófona quebequense, mesmo tendo-se dedicado aos fenômenos urbanos bem mais que a outra, simplesmente desconsiderou a maioria francófona, estudando temas quase que exclusivamente pertinentes à sociedade anglófona de Montreal²⁰. Seguindo, pois, o rumo de sua colega francófona, os movimentos nacionalistas, e tudo o que veio com eles, foi também suprimido de sua agenda.

Essa situação é interessante por várias razões. Em princípio, porque, como já afirmei, a antropologia quebequense, especialmente a francófona, é um exemplo eloquente de fragmentação teórica (e

²⁰ Essas considerações sobre o caso da antropologia francófona do Quebec se encontram desenvolvidas na tese de doutorado que defendi no departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, em 1995, intitulada FRAGMENTOS DE UMA DISCIPLINA: A ANTROPOLOGIA DO QUEBEC VISTA DE DENTRO.

ideológica, se assim entendermos sua posição diante do quadro sócio-político do Quebec durante a RT). As suas duas vertentes mais importantes, a estruturalista e a marxista, o atestam exemplarmente. Agregando um contingente imenso de profissionais nos anos 1960, a antropologia estruturalista, p.ex., passou longe dos temas políticos da província.

Dedicando-se a estudar “outras” sociedades, seus profissionais viajam pelo mundo, analisam rituais e costumes exóticos encontrados bem longe de casa, mas muito pouco produzem sobre folclore ou cultura popular quebequenses, p.ex.. É verdade que essa antropologia vai ao norte para estudar os Inuit, mas muito pouco diz sobre temas correlatos sumamente importantes, como o uso governamental das informações contidas em seus relatórios de pesquisa. Não é por acaso. As políticas da RT para povoamento e prestação de serviços naquelas regiões certamente muito deveram a tais estudos, mas definições sobre conceitos de nação, p.ex., temática absolutamente implicada nesses exercícios antropológicos de campo, elidem-se completamente de seus relatórios. Mas não é apenas isso que desaparece como fumaça no vento. Com a virada para os anos 1970, e mais marcadamente com a entrada dos 80, muitos antropólogos estruturalistas parecem deixar de sê-lo. Poucos, hoje, proclamam-se estruturalistas. Dos que assim já se identificaram a maioria seguiu um destino comum e migrou para a polivalência teórica mais aberta. Mantiveram, contudo, suas preferências de objeto: continuam longe das questões relacionadas ao tema do nacionalismo. Posicionam-se quanto a ele, claro, mas o fazem pessoalmente, não “cientificamente”, digamos. Essa semelhança, ao menos, eles mantêm com os marxistas.

E no que tange a esses últimos, o caso não parece substancialmente distinto. Aportado no Quebec no início dos anos 1970 – e esvaziado de importância no fim da década –, essa influência teórica igualmente originária da França não conheceu destino menos curioso. Muito poucos, dentre os que se proclamavam marxistas, dedicaram-se ao estudo dos temas urbanos quebequenses, e os raros que o fizeram passaram longe da discussão de questões políticas e suas correlatas – mesmo que seus estudos partissem de interesses governamentais que pretendiam informar reformas concretas. Os relatórios de pesquisa sobre populações autóctones ou políticas de povoamento, p.ex. – notadamente

as levadas adiante sob os auspícios do **BAEQ** –, relacionavam-se claramente com as reformas de Estado promovidas pela RT, mas o tema do nacionalismo, e de suas reverberações sociais entre os francófonos, ao menos, não aparece listado nas fichas catalográficas dos livros por eles publicados a partir de então. De certo modo, mesmo que o Estado os engajassem – inclusive nas universidades, como o caso da UQAM bem o demonstra –, é como se eles ignorassem qualquer posição diante das discussões mais vivas para a sociedade de que faziam parte. Sua atividade acadêmica, “científica”, parecia passar longe da *crítica das ideologias* que o tema do nacionalismo obviamente encerrava²¹. Por isso mesmo, sua situação é tão curiosa quanto a da vertente estruturalista: devida, ao menos em parte, à ausência de discussões e posições sobre os temas mais importantes na vida da província nos anos 1970, a pulverização ocorrida entre os antropólogos marxistas decorreu também das dificuldades de compor seu projeto de fundo socialista com uma questão social absolutamente urgente: a definição de um conceito de nação (embora discutissem muito os modos de chegar a ela, que passavam essencialmente pela “revolução”, pela “libertação” e pela “tomada de consciência”²²). E assim como ocorreu com o estruturalismo, o marxismo também agrega hoje um número muito reduzido de cientistas

²¹ Em entrevista concedida em 1994, o Professor do departamento de antropologia da Udm, Pierre Beaucage, afirmava o mesmo com outras palavras. Segundo ele, as questões de *ordem nacional* não apareciam no discurso acadêmico de seus colegas marxistas nos anos 1970 porque essa não era uma questão profissional, mas de exercício de cidadania. As ideologias, explicava Beaucage, permeavam as vidas das pessoas, mas não seus trabalhos. Ou, dizendo de outro modo, as ideologias que seu exercício profissional autorizava — associadas, no caso, à interpretação marxista da realidade social — não se situavam no campo das opções entre federalismo, nacionalismo e separatismo, mas no da oposição esquerda/direita, bem como no trato dos temas clássicos: luta de classes, expropriação do trabalho, etc.. A ideologia ficava fora das discussões do Estado-nação, mas dentro de suas políticas.

²² “*O que o Quebec precisa é de uma autêntica revolução*. Nesse sentido em que não se trata de reformar as estruturas e as instituições tradicionais desde seu interior, delas conservando o espírito, mas, ao contrário, suprimi-las e substituí-las por outras (...) *A revolução é uma questão de fins e de valores bem mais que de meios*”. D’Allemagne, A. LE COLONIALISME AU QUEBEC, Montréal: Les Éditions R-B, 1966; p. 175, grifos meus. Outros exemplos poderiam ser arrolados.

sociais do Quebec. Assuntos externos ajudaram a conduzi-lo a esse ponto, é certo – o destino inglório da estátua de Lênin... –, mas seus envoltimentos intra-Quebec parecem bem mais decisivos, no caso.

De todo modo, as explicações para o desfazimento gradual a que os grupos de antropólogos estruturalistas e marxistas estiveram sujeitos, no Quebec, devem-se reportar também ao fato de que eles não tinham posição definida – nem estudos – sobre os temas do nacionalismo e seus correlatos. Por isso mesmo, esses grupos – no que certamente representavam o conjunto maior dos cientistas sociais – cindiram-se para nunca mais se reagruparem. Parece ter sido um destino comum. Aqui, temos um exemplo das cisões ocorridas no interior das ciências sociais, e que foram causadas, dentre outras, pela intromissão de assuntos de ordem ideológica, política, cultural, social e histórica em seu meio. Assim, o que se vê exemplarmente atestado num caso como este é o quão instável é o equilíbrio entre a teoria social, por um lado, e a *vida* de uma sociedade, por outro. Mesmo que os modelos de interpretação sociológica (ou antropológica, ou política, etc.) nasçam necessariamente das impressões mundanas que essa *vida* lhes impõe – e que são, em suma, seu motivo e seu alibi –, a realidade e a estabilidade conceptual deles parecem sempre demais precárias diante dos novos rearranjos e das novas necessidades de entendimento que a todo momento se lhes apresentam. E o preço do método²³. Não vivemos no paraíso.

Outra hipótese que deve ser lembrada, e que se soma ao que expus até aqui, é a da impossibilidade de composição dos diversos projetos de nação, implicitamente assumidos pelos diferentes grupos dos cientistas sociais. Entre seus muitos grupos de interesses temáticos, e suas diversas correntes teóricas, não parece ter ocorrido nenhum projeto de formulação de ideais nacionalistas que os agregasse. Havia os

²³ É bom alertar que essas considerações, embora expostas demais rapidamente – o que talvez lhes dificulte o reconhecimento – constituem inspiração estruturalista. A concepção de modelo, p.ex., é caudatária da que se encontra em a “A Noção de Estrutura em Etnologia”, ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL, R.J., Tempo Brasileiro, 1975, de Claude Lévi-Strauss. Comentários mais completos sobre o método estruturalista podem ser encontradas num livro em cujo segundo capítulo eu analiso mais detidamente a obra desse autor, e que se intitula ANTROPOLOGIA E INTERPRETAÇÃO, editado pela Editora da Unicamp.

estruturalistas, p.ex., que se proclamavam federalistas, tanto quanto os de preferência nacionalista, ou mesmo os que optavam pelo separatismo mais aberto. Para eles, não era questão antropológica, era política. Dentre os que se dedicavam ao estudo dos povos autóctones do norte do Quebec, poucos pareciam dispostos a relacionar seu trabalho – mesmo quando encomendado por órgãos de governo – aos interesses de Estado a que serviam, e aos projetos de nação que assim representavam: os oficiais do governo então instalado. Entre os marxistas, dá-se o mesmo. É verdade que sua aproximação ao socialismo serviu para que eles se orientassem majoritariamente rumo à tese nacionalista, mas os modelos de nacionalismo aí debatidos nada tinham de consensuais. Os de projetos mais radicais propunham a separação do Quebec como única alternativa para efetuar a “descolonização” e a conquista de um “Estado soberano, livre do imperialismo anglófono”. Os de projetos mais moderados aceitavam discutir modelos de nação que partilhassem responsabilidades e tarefas com a federação canadense, desde que asseguradas as salvaguardas mais importantes ao Estado quebequense, representadas por sua autonomia na formulação das políticas de seu interesse, como nas áreas sociais, fiscais, de incentivos estratégicos, imigração, etc. – o que, parcialmente, ao menos, se via representado naquele pretendido estatuto de *société distinta*. Dentre estes de perfil mais moderado, havia ainda os que se diziam favoráveis à plena integração do Quebec ao Estado canadense em razão de suas condições para a realização de políticas sociais²⁴.

Essa quase impossibilidade de convergência de seus múltiplos projetos de Nação foi fundamental à fragmentação que as ciências sociais demonstram desde a virada dos anos 1970. No entanto, deve-se somar a

²⁴ Para uma breve, mas excelente, introdução aos debates sobre os modelos de nacionalismo, sugiro a consulta ao livro de Linteau, P-A; Durochel; R; Robert, J-C; Ricard, E HISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal: Boréal, 1989, especialmente em seu 4º capítulo, “Volonté de Changement et Pluralisme”. Para uma visão panorâmica das posições assumidas por setores das ciências sociais relativamente a esses modelos, a sugestão é o livro de Dion, L. LA RÉVOLUTION DÉROUÉE, 1960-1976, Montreal: Boréal, 1998, em especial sua segunda parte, “Une Société à Recentrer”.

este caso um fato corriqueiro na história das ciências sociais, mas de conseqüências interessantes no Quebec: o fato de que seus profissionais, respondendo aos temas sociais que estudavam, por um lado, e aos de interesse disciplinar, por outro, experimentavam uma situação que em tudo corroborava com o *efeito de multiplicação* (de grupos e subgrupos) que os caracterizava. Cruzando temas e objetos de estudo específicos com vertentes teóricas e preferências metodológicas distintas entre si, os cientistas sociais quebequenses – como alhures, aliás – nunca chegaram a formar grandes grupos definidos e estáveis que ao mesmo tempo convergissem sobre temas, objetos específicos, demarcações teóricas e procedimentos metodológicos. Essa situação, em tudo comum no quadro de desenvolvimento das ciências sociais no mundo inteiro, especialmente nos últimos 30 anos, conheceu uma peculiaridade própria ao Quebec: se a multiplicação de diagnósticos é marca da riqueza do trabalho dos cientistas sociais a respeito dos diversos assuntos que estudam, é também o problema quando se trata de engajamento político e de formulação de projetos de nação – objetos não apenas do conhecimento disciplinar e acadêmico, mas igualmente de um saber mais amplo, de *sensu comum*, digamos²⁵. A hipótese, aqui, é a de que a inserção social da disciplina contaminou sua *performance* “científica”. Nesse sentido, é possível afirmar que aquele *preço do método*, tal como já o chamei, manifestou-se exemplarmente neste caso.

Visto que a temática nacionalista era objeto de discurso corrente na sociedade quebequense, o que se passou nas ciências sociais obviamente decorre daquelas divisões socialmente engendradas por ela. Dividindo os grupos de cientistas sociais por meio de um registro não exatamente disciplinar, as discussões havidas no Quebec sobre os diversos projetos de nação acabaram também por impedir – ou ao menos muito dificultar – seu posterior reagrupamento. É o caso, p.ex., dos cientistas sociais (não apenas dos antropólogos) marxistas. Numerosos nos anos 1970, eles não chegaram a formar um grupo coeso sobre as

²⁵ Posta noutros termos, a questão é a da relação entre a metalinguagem — científica — e a linguagem ordinária, ou do “estreitamento” da primeira, sempre parametrado pelo “alargamento” da segunda, na qual necessariamente se insere. Para uma discussão dessas questões de ordem epistemológica — ainda que ali tratadas com outros propósitos —, sugiro a leitura de meu artigo “Notas para uma Teoria da Interpretação na Antropologia a partir de uma comparação com a Psicanálise”, INTERSEÇÕES, N^o4, maio de 2001.

diferentes propostas de nacionalismo, e assumiram posições às vezes antagônicas. Seu processo de “desmanche”, evidente desde há uns 20 anos, certamente deve algo às disputas internas que tais propostas geraram em seus grupos, subdividindo-os, e fazendo com que eles por vezes assumissem posições – socialmente discerníveis, aliás – partilhadas por colegas universitários de inspirações teóricas opostas, ou por setores sociais que nada em comum tinham com eles²⁶. Por assim dizer, a interferência dessas *questões nacionalistas* em seu discurso tornou-o menos *científico* e mais próximo do *senso comum* – ou menos *metalingüístico* e mais *ordinário*. O universo desregulamentado, arbitrário e imprevisível da vida social perturbou a sistematicidade da linguagem científica, bem como a ordem com que interpretava o mundo. As divisões pautadas nessa metalinguagem se mostraram precárias; para adaptar-se ao mundo, tal como ele se mostrava, foi preciso multiplicar-se. Da multiplicação não sobrou muito mais.

As participações de cientistas sociais marxistas em associações ora favoráveis, ora contrárias aos projetos de nação debatidos socialmente, bem como em partidos políticos de matizes ideológicas variadas, assumindo posições por vezes francamente conflitantes entre si, é uma óbvia expressão da fragmentação dos seus grupos. Muito da cisão observada nas ciências sociais quebequenses se deveu a fatores como este. A onipresença do tema do nacionalismo – entre os que na sociologia e na ciência política o estudaram, tanto quanto entre os que dele se

²⁶ Apenas para que se tenha uma idéia do quão variadas, e às vezes improváveis, eram as composições em torno dessa temática, vale lembrar as palavras de Linteau, Durocher, Robert e Ricard, ao comentar as diversas posições sobre o plebiscito promovido pelo governo Lévesque, depois da vitória eleitoral de 1976: “Do lado do *Não*, p.ex., estavam ao mesmo tempo nacionalistas canadenses, como os representantes do *french power* federal, e nacionalistas (quebequenses) notórios, como o chefe do Partido Liberal, Claude Ryan. Igualmente, encontram-se aí alguns social-democratas, *gente das esquerdas* e mesmo grupos mais conservadores, como o Conselho patronal ou os creditistas (...) Essa diversidade caracteriza igualmente, ainda que em menor grau, o campo do *Sim*, em que os independentistas radicais se juntavam aos defensores do federalismo descentralizado, a dirigentes tradicionalistas, como os da Sociedade São João Batista, a sindicalistas e aos *socialistas*”. Linteau, P-A; Durocher, R; Robert, J-C; Ricard, E HISTOIRE DU QUÉBEC CONTEMPORAIN, Tome II, LE QUÉBEC DEPUIS 1930. Montreal: Boréal, 1989, p. 676.

ausentaram – trouxe ao conjunto das ciências sociais um adendo *extra-ciência* que nunca pareceu bem resolvido no interior do discurso acadêmico. Ao justificar posições ideológicas, cientistas sociais se distanciaram do discurso médio de suas disciplinas; ao assumir este discurso integralmente, outros se exilaram dos debates sociais sobre o tema, tornando-se personagens sem posições definidas. Outros fatores certamente contribuíram para que as ciências sociais perdessem o pouco que ainda ostentavam de *ar de conjunto*, mas a interferência dessa necessidade de assumir posições, intra e extra-academia, parece ter sido decisiva. Tais posições, entre os cientistas sociais, não eram reinterpretadas à luz da teoria ou do método. O inverso é que parece ter ocorrido, *suas interpretações devendo mais à interferência de uma instabilidade ideológica implícita em tais posições do que a classificações teóricas reconhecíveis*. A ciência provou mais uma vez – e neste caso a honra foi nossa – que não existiria sem seu objeto. Quanto a este, resta saber se ele pode ou não dizer-se completamente sem ela. É provável que não.

Ciências Sociais em sua própria sociedade: estranhar e entender

Diferentemente do que ocorreu no Brasil – onde, na mesma época, as ciências sociais formulavam críticas aos governos militares então instalados –, a atuação conjunta dessas disciplinas no Quebec parece ter pulverizado sua unidade. No Brasil, a maior parte dos sociólogos e cientistas políticos que atuavam em universidades tradicionais como a USP, a UNICAMP ou as Universidades Federais que se multiplicavam pelo país, assumiu posições objetivas na crítica às políticas clientelistas, às alianças entre setores da burguesia e aparelhos de Estado, à reversão das prioridades de governo, ao método não democrático de eleição de governantes, ao endividamento acelerado do Estado e, principalmente, à repressão política – da qual, aliás, foram alvos diletos. É verdade que desse conjunto mais ou menos coeso de cientistas sociais, os antropólogos nem sempre fizeram parte – ao deixar de lado temas como os interesses de Estado ou a atuação das elites nos altos

escalões dos governos –, mas o estudo das decorrências de suas políticas nos meios urbanos e rurais acabou também por levá-los a assumir, na média, posições bastante críticas. Deve-se igualmente ressaltar que a classe dos cientistas sociais no Brasil nunca ocupou postos importantes nesses governos, o que ajuda a compreender sua distância em relação a eles, decorrente de uma insatisfação devida, sem dúvida, à pequeníssima representatividade de seu saber nas esferas de decisão governamental²⁷²⁷. O caso quebequense, no entanto, difere em quase tudo. Se aqui as ciências sociais tiveram um fator de união nessa relação conflituosa com os governos, no Quebec os cientistas sociais criaram fragmentação e cisão exatamente ao assumir posições divergentes quanto às propostas nacionalistas. Se no Brasil, por conta dessa oposição quase unânime aos governos militares, as ciências sociais constituíram um conjunto mais ou menos coeso, no Quebec a variedade das propostas federalistas, nacionalistas e separatistas impôs a elas uma multiplicidade de posições que por certo ajudou a desuni-las.

Por isso mesmo, o caso das ciências sociais francófonas do Quebec apresenta uma contribuição singular ao estudo das relações Estado-Academia. Se, por um lado, vê-se confirmada aí a tese da independência ideológica dessas disciplinas relativamente ao processo de burocratização dos aparelhos estatais, por outro, ressalta-se também o quão sua organicidade acadêmica e seu perfil teórico dependem das suas formas socialmente assumidas, bem como de sua competência para divulgar e justificar suas posições diante de assuntos de interesse social. Ao acusar a interferência de discursos elaborados por segmentos sociais dos mais diversos – como sindicatos, associações civis, representações profissionais como a dos médicos, p.ex., que se opôs a várias políticas de saúde elaboradas durante a RT, partidos políticos, aparelhos de Estado, comunidades eclesíásticas ou instituições sem fins lucrativos, todos eles

²⁷ Para uma introdução sobre os governos militares da época, e os interesses de classe que teoricamente representavam — tema aqui tratado referencialmente — sugiro a leitura de Ianni, O., *A DITADURA DO GRANDE CAPITAL*, R. J., Civilização Brasileira, 1981. Para uma visão panorâmica e introdutória da antropologia no Brasil, a consulta ao artigo de Melatti, J. C., “A antropologia no Brasil: um Roteiro”; BIB n^o17, Usem. 1984, pode ser interessante. O livro de Chacon, V, *HISTÓRIA DAS IDÉIAS SOCIOLOGICAS NO BRASIL*, S.P, EDUSP/GRIJALBO, 1977; bem como os volumes 1 e 2 de *HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL*, S.P, LDESP/VÉRTICE/FINEP, 1989 e 1995, respectivamente, organizados por Miceli, S., são igualmente boas indicações de leitura.

formalizadores de modelos de ação política –, as ciências sociais quebequenses pareceram perder parte de seu próprio discurso. Ou ao menos perder parte da objetividade que, em tese, deveriam praticar. Pode-se argumentar, é claro, que essa objetividade no trato dos problemas de sua própria sociedade ocorre sempre em proporção menor do que o esperado, ou que a imersão social inerente numa tal situação dificulta uma *isenção ideológica* por alguns desejada, mas o fato é que a situação do conjunto das ciências sociais no Quebec não autoriza a advogar em favor de argumentos dessa natureza apenas. Não se trata aqui de somente diagnosticar o *preço do método*, mas igualmente –nem mais, nem menos – de ressaltar a influência de um tema de interesse social específico no desenvolvimento que essas disciplinas conheceram num determinado lugar, não em qualquer outro, e num certo momento, não noutra.

Dizendo de outro modo, trata-se de reconhecer a relevância histórica dos debates socialmente travados em torno da temática do nacionalismo, e de apontar como esse contexto crítico – em tudo instável – influenciou o desenvolvimento das ciências sociais naquele Quebec pós-Duplessis em que tudo precisava ser revisto, em que tudo tinha de ser superado, onde nada podia ficar como estava. Que a elite intelectual ativa nesse processo de desmanche do *ancien régime* seja, em parte, a mesma que divergia quanto às diferentes propostas de nação, é apenas um detalhe a mais a fazer deste caso absolutamente único. Por isso mesmo, não pode ser esquecido. A presença de cientistas sociais nas altas esferas de governo, sua participação em políticas de diversas áreas de atuação do Estado, sua influência na formulação dos *modelos oficiais* de nação, levados adiante pelos governos Lesage e Johnson, principalmente, apenas indica o quão intrincado é este caso. De certa forma, as ciências sociais também se encontram entre aqueles fatores que as fizeram multiplicar-se em inúmeras posições. São, por assim dizer, sua causa e seu efeito, ao mesmo tempo. Daquele Quebec “revolucionário” que sepultou o atraso duplessista, que reimpulsionou a temática nacionalista a seu ponto máximo, que tematizou sua dependência econômica do restante do Canadá, e que deu aos quebequenses a consciência política que hoje têm, dele, os cientistas sociais fizeram parte ativa, o Estado-provedor que ofereceu aos quebequenses os meios necessários à crítica de seus valores,

ao questionamento de sua situação e à demanda de políticas, esse Estado é também obra desses cientistas sociais. O que se discute sobre modelos de nação, e que sempre multiplicou suas posições, o é igualmente.